

ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PLENÁRIA DO COMITÊ DE BACIAS DA REGIÃO  
HIDROGRÁFICAS E DOS SISTEMAS LAGUNARES DE MARICÁ E JACAREPAGUÁ,  
realizada no dia dezessete de março de dois mil e vinte e cinco às 13h42 com quórum  
de primeira chamada, em regime presencial, no Auditório do IBAMA, Localizado na  
Praça Quinze de Novembro, 42 - Centro, Rio de Janeiro - RJ, com os seguintes pontos  
de pauta: **1) Aprovação da pauta; 2) Aprovação da ata; 3) Aprovação da entrada  
de novas entidades; 4) Aprovação de Resoluções CBH-BG Ad Referendum nº  
153 e 154; 5) Apresentação da Execução 2024; 6) Impactos da repactuação do  
contrato de concessão das águas do Rio no território de Cachoeiras de Macacu;  
7) Renovação do Acordo de cooperação técnica com o Ministério Público; 8)  
Aprovação das Resoluções encaminhadas pela CTIL; a) Renovação do GT  
Chorume; b) Renovação do GTA Monitoramento; c) Criação do GTA Sanear; d)  
Criação do Grupo de Trabalho Tolueno e outras emergências ambientais; e)  
Aprovação da complementação e atualização do Plano de Recursos Hídricos; f)  
Revogação da Resolução de Educação Ambiental do Subcomitê Lagoa Rodrigo  
de Freitas (nº 145/2024); 9) Apresentação da 2ª fase do Sanear BG; 10)  
Apresentação de proposta de revisão do Plano de Aplicação Plurianual; 11)  
Representações do CBH-BG em colegiados; 12) Apoio a ida de membros para  
evento acadêmico VIII Conferência Internacional de Educação Ambiental dos  
Países e Comunidades de Língua Portuguesa; 13) Apresentação da Resolução  
CBH-BG nº 131/2023 - Vigilância Socioambiental da Baía de Guanabara e  
solicitação de apoio para pescador; 14) Apresentação do relatório do GT  
Licenciamento ETE Itaipu; 15) Apoio ao Clean Up Day; 16) Informes Gerais. A  
reunião foi iniciada pela Diretora-Presidente do CBH-BG, Sra. Rejany Ferreira dos  
Santos às 13h42, após um atraso devido a problemas de acesso ao espaço, seguiu-  
se com o ponto de pauta **1) Aprovação da pauta**. O Sr. João Alberto Ribeiro,  
Prefeitura de Cachoeiras de Macacu, falou ser contrário à descrição do item 6. O  
membro argumentara que o contrato de concessão ainda não foi repactuado e se  
encontra em atraso. Ressaltaram que a questão não diz respeito exclusivamente ao  
município de Cachoeiras de Macacu, mas sim a um contrato firmado entre a  
concessionária, o Governo do Estado e o próprio município. Diante disso, foi pontuado  
que, caso o item trate apenas de Cachoeiras de Macacu, não haverá concordância.  
Enfatizou-se a necessidade de incluir no texto o impacto do atraso na repactuação  
entre a empresa Águas do Rio e o Governo do Estado. Sra. Carolina Martins,  
AGEVAP, sugeriu que o item ficasse da seguinte forma: **Manifestação sobre as  
metas de concessão e deslocamento do plano de recursos hídricos do BG**. Sra.  
Rejany consultou sobre a alteração, como não houveram objeções, a mudança foi  
aprovada. O Sr. Alexandre Anderson de Souza, AHOMAR, pediu a retirada de pauta  
do item **13, Apresentação da Resolução CBH-BG nº 131/2023 - Vigilância  
Socioambiental da Baía de Guanabara e solicitação de apoio para pescador**, que**



41 voltará para CTCOST para ser analisando e corrigido. Sra. Rejany explicou que o item  
42 precisa voltar para correções e encaminhou para CTCOST. **Encaminhamento (1):**  
43 Encaminhar a resolução nº 131/2023, item de pauta 13, para CTCOST para análise e  
44 possíveis correções; O Sr. Gustavo Mello de Souza Sardenberg, Associação de  
45 Windsurf de Niterói – AWN, solicitou antecipação do item 14 item. Sra. Rejany expos  
46 todos os itens que seriam discutidos e decidiu, após consultar os membros que o item  
47 poderia ser antecipado, passando a ser o item 7 da pauta. Após consulta aos membros  
48 sobre a aprovação da pauta, e como não houve nenhuma objeção, a pauta aprovada  
49 que ficou da seguinte forma: **1) Aprovação da pauta; 2) Aprovação da ata; 3)**  
50 **Aprovação da entrada de novas entidades; 4) Aprovação de Resoluções CBH-**  
51 **BG Ad Referendum nº 153 e 154; 5) Apresentação da Execução 2024; 6)**  
52 **Manifestação sobre as metas de concessão e deslocamento do plano de**  
53 **recursos hídricos do BG; 14) Apresentação do relatório do GT Licenciamento**  
54 **ETE Itaipu; 8) Aprovação das Resoluções encaminhadas pela CTIL; a)**  
55 **Renovação do GT Chorume; b) Renovação do GTA Monitoramento; c) Criação**  
56 **do GTA Sanear; d) Criação do Grupo de Trabalho Tolueno e outras emergências**  
57 **ambientais; e) Aprovação da complementação e atualização do Plano de**  
58 **Recursos Hídricos; f) Revogação da Resolução de Educação Ambiental do**  
59 **Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas (nº 145/2024); 9) Apresentação da 2ª fase**  
60 **do Sanear BG; 10) Apresentação de proposta de revisão do Plano de Aplicação**  
61 **Plurianual; 11) Representações do CBH-BG em colegiados; 12) Apoio a ida de**  
62 **membros para evento acadêmico VIII Conferência Internacional de Educação**  
63 **Ambiental dos Países e Comunidades de Língua Portuguesa; 13) Apresentação**  
64 **da Resolução CBH-BG nº 131/2023 - Vigilância Socioambiental da Baía de**  
65 **Guanabara e solicitação de apoio para pescador; 14) Renovação do Acordo de**  
66 **cooperação técnica com o Ministério Público 15) Apoio ao Clean Up Day; 16)**  
67 **Informes Gerais.** Sra. Rejany passou para a leitura do próximo item, **2) aprovação**  
68 **da ata.** Houve a consulta aos membros sobre se havia alguma objeção sobre a  
69 aprovação da ata, como não houve, a ata da reunião do dia 25/11/2024 foi aprovada.  
70 **3) Aprovação da entrada de novas entidades;** Sra. Carolina, informou que as  
71 solicitações recebidas vieram da Prefeitura de Duque de Caxias, Nova Iguaçu,  
72 Petrópolis, Mesquita e da Secretaria Municipal do Meio Ambiente e Clima (SMAC) do  
73 Rio de Janeiro, sendo pontuado que como a Fundação Rio Águas já ocupada vaga  
74 pelo município do Rio de Janeiro, não seria possível a entrada da SMAC para não  
75 haver duplicidade. Esclareceu-se que, no momento, há disponibilidade apenas para  
76 vagas de suplência. O Sr. José Avelar, Prefeitura de Duque de Caxias, solicitou que  
77 fosse verificada a questão das vagas de poder público municipal ocupadas pelos  
78 municípios do Subcomitê Oeste. Após o debate, Sra. Rejany colocou para votação a  
79 entrada dos novos membros, esclarecendo que a entrada da Prefeitura de Duque de  
80 Caxias passará por uma revisão para saber se ela entrará como titular ou como



81 suplente. **Encaminhamento (2):** Deve ser feita revisão no subcomitê Oeste sobre as  
82 vagas de poder público municipal ocupadas para verificar a ordem da Prefeitura de  
83 Caxias na composição da Plenária. **4) Aprovação de Resoluções CBH-BG Ad**  
84 **Referendum nº 153 e 154.** Sra. Carolina explicou as alterações na Resoluções CBH-  
85 BG nº 153. Sr. José Paulo Soares de Azevedo, UFRJ, questiona a aprovação da  
86 PAAD, disse que ela não pode ser aprovada em uma reunião do comitê sem passar  
87 por oficinas para consulta dos membros e que a aprovação só pode se dar depois de  
88 passar pela aprovação do CERHI RJ. Sra. Carolina lembrou que a PAAD já foi  
89 aprovada em forma de resolução no dia 25/11/2024, e explicou que o motivo da  
90 revisão foi que houve equívoco em um projeto de Jacarepaguá, por isso a  
91 necessidade de inclusão dele nesta revisão. Sobre as alterações na Resoluções CBH-  
92 BG nº 154, foi esclarecido esta que teve seus valores corrigidos seguindo o índice  
93 IPCA do período, para ajuda de custo e diárias. Sra. Rejany colocou para aprovação,  
94 como não houve objeção dos membros, **Encaminhamento (3):** publicação das  
95 resoluções aprovadas nº 153 e nº154. Sra. Rejany passou para o próximo item o item  
96 de pauta **5) Apresentação da Execução 2024;** Sr. Marcos Filgueiras Jorge,  
97 AGEVAP, fez a apresentação do contrato de gestão de forma resumida, explicando  
98 que os indicadores do contrato de gestão já estão no site do Comitê, explicou que  
99 estão previstas 80 reuniões por ano, sendo realizadas 77 reuniões, assim o valor  
100 estava dentro da meta. Quanto aos encaminhamentos, dos 272 solicitados que eram  
101 de responsabilidade da secretaria executiva, foram atendidos 269, representando  
102 98,9% de atendimento, superior à meta de 85%. Marcos prosseguiu com a  
103 apresentação e demonstrou o andamento dos projetos e fez esclarecimentos sobre  
104 cada indicador do contrato, passando para os indicadores financeiros. Sra. Jacqueline  
105 Guerreiro cobrou transparência nas indicações para a comissão e sugeriu incluir  
106 temas como gênero e raça nas matrizes de indicadores. José Paulo defendeu que  
107 GTs entreguem relatórios finais. Rejany disse que alguns já foram enviados. Sr. Luiz  
108 Constantino esclarece que a comissão não é do Inea, que ela é tripartite, entre  
109 Secretaria Estadual do Ambiente e Sustentabilidade (SEAS), Instituto Estadual do  
110 Ambiente (INEA), e Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Rio de Janeiro  
111 (CERHI-RJ) e complementou falando que todos os grupos geraram seus relatórios,  
112 pontuando que os grupos de avaliação não são como um GT normal, ele não é  
113 constituído da mesma forma que um GT deliberado pela plenária. Ele explicou que  
114 como o CERHI RJ teve problemas durante o processo eleitoral, sua diretoria ainda  
115 não estava constituída, que teve problema na avaliação dos relatórios porque os  
116 grupos ainda não estavam constituídos. Ele disse acreditar que em 2025 tudo iria se  
117 resolver porque os grupos já estavam formados. Sra. Carolina esclareceu que existem  
118 dois tipos de relatórios distintos e é essencial não confundi-los. O relatório  
119 apresentado por Marcos diz respeito especificamente ao contrato de gestão, que  
120 possui metas claras e previamente pactuadas no momento da assinatura. Esse





relatório precisa, por regimento, ser apresentado na primeira plenária do ano. Já os relatórios dos Grupos de Trabalho GTs são de responsabilidade das coordenações de cada grupo, e não da Secretaria Executiva. A Secretaria cobra esses relatórios, recebeu alguns, mas ainda há pendências. Os que foram entregues podem ser compartilhados com o grupo. Foi reforçado que a obrigatoriedade da entrega desses relatórios pelos GTs está prevista em regimento e em cada resolução de criação — não é algo novo ou criado recentemente. Por fim, destacou-se que, embora os números apresentados sejam importantes, eles não capturam todo o esforço realizado ao longo do ano. Sr. Jose Paulo sugeriu como **Encaminhamento (4)**: realizar compartilhamento do modelo e dos relatórios recebidos das instâncias do mandato 2022-2024. Sra. Rejany seguiu com a leitura do item **6) Manifestação sobre as metas de concessão e deslocamento do plano de recursos hídricos do BG**; Sr. José Alexandre Maximino – MPRJ – começa destacando a honra de representar o GAEMA e o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro no Comitê da Baía de Guanabara e faz uma breve introdução citando o Plano Diretor da Bacia da Guanabara (PDBG), cuja discussão está sendo retomada. Destacaram-se os reflexos do plano nas metas dos municípios, como São Gonçalo, e as obras já em andamento em localidades como Ilha de Paquetá, Duque de Caxias, São João de Meriti e Belford Roxo. Foi sugerido que, em uma próxima reunião, seja apresentado um panorama dos avanços do PDBG, seus impactos diretos nas metas de saneamento e desenvolvimento regional, bem como elementos da chamada “agenda cinza” do plano de bacia, que envolve aspectos mais críticos e estruturantes do sistema hídrico e de saneamento. Além disso, ele propõe a apresentação de informações atualizadas sobre o Projeto Iguaçu, com base em reuniões recentes realizadas com a SEAS e o INEA. O projeto, voltado principalmente à macrodrenagem, também contempla recursos destinados ao saneamento. Estima-se um total de R\$ 400 milhões em investimentos, sendo R\$ 200 milhões destinados a Belford Roxo e o restante via INEA. Ressaltou-se ainda que o projeto está atualizado e com previsão de elaboração do termo de referência, o que contribuirá para um planejamento mais preciso e evitará sobreposições nas ações do comitê. Essas contribuições podem enriquecer os debates do colegiado e fortalecer o alinhamento das iniciativas em curso com as metas pactuadas no plano de bacia. Ele externou a preocupação do Ministério Público em relação à descontinuidade da atuação do GAEMA, especialmente após sua extinção e a mudança na gestão do Grupo de Trabalho de Segurança Hídrica. Um dos casos mais emblemáticos envolve o município de Cachoeiras de Macacu, que havia perdido prazos importantes para captação de recursos junto à Caixa Econômica Federal durante a gestão anterior. O Ministério Público, à época, atuou como mediador para reverter a situação. Posteriormente, já na atual gestão municipal, foi possível viabilizar o resgate desses recursos, viabilizando a assinatura de um contrato que culminou em um termo de compromisso. Esse processo teve reflexos diretos na



161 concessão dos serviços de saneamento, abastecimento e esgotamento sanitário,  
162 resultando também na formalização de um protocolo de intenções com a AGENERSA.  
163 O motivo pelo qual o Ministério Público compartilha essa questão com o Comitê de  
164 Bacia está relacionado à importância estratégica da bacia do Guapi-Macacu para o  
165 abastecimento de água de quase 3 milhões de pessoas no Leste Fluminense, sendo  
166 essa região considerada uma verdadeira "caixa d'água" da área metropolitana.  
167 Durante o processo de concessão, seguindo orientação do Grupo de Atuação  
168 Especializada em Meio Ambiente - GAEMA, previa-se que os investimentos  
169 prioritários seriam direcionados à bacia do Guandu, especialmente em municípios  
170 como Queimados, Seropédica, Paracambi, Nova Iguaçu e Piraí. Na época,  
171 Cachoeiras de Macacu não foi incluído entre as áreas prioritárias devido à ausência  
172 de apoio técnico, embora o ideal fosse garantir tratamento isonômico em relação aos  
173 investimentos. Além disso, foi mencionada uma falha contratual: a previsão de  
174 conversão de cerca de R\$ 4 milhões do Termo de Ajustamento de Conduta (TAC)  
175 Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro (Comperj) em investimentos diretos pela  
176 concessionária. A execução dessa obra, de responsabilidade do governo federal e  
177 estimada em R\$ 41,5 milhões, acabou ficando fora do diagnóstico do Plano  
178 Metropolitano de Saneamento, especificamente do anexo referente a Cachoeiras de  
179 Macacu. Outro ponto de atenção diz respeito ao impasse atual entre o município de  
180 Cachoeiras de Macacu e a concessionária Águas do Rio, no que se refere à operação  
181 do cadastro dos usuários. Segundo a Agência Reguladora de Energia e Saneamento  
182 Básico do Estado do Rio de Janeiro - AGENERSA, a concessionária está cumprindo  
183 o contrato dentro do possível, mas enfrenta entraves significativos: os dados  
184 cadastrais dos usuários não foram oficialmente repassados, e o município continua  
185 operando sistemas que deveriam estar sob responsabilidade da concessionária. Essa  
186 situação tem dificultado a apuração correta da remuneração devida à empresa e o  
187 cumprimento dos indicadores contratuais, impactando diretamente a sustentabilidade  
188 econômico-financeira da concessão. A posição atual da AGENERSA é de que, apesar  
189 dos problemas, não é possível afirmar ilegalidade na conduta da concessionária, uma  
190 vez que o contrato de concessão está vinculado a um protocolo de intenções com o  
191 município, e há indícios de que as obrigações estão sendo cumpridas, ainda que  
192 parcialmente. Assim, permanece um impasse institucional que merece atenção e  
193 diálogo contínuo com o comitê. Foi feita referência à ata da reunião do Conselho  
194 Deliberativo do Rio Metrópole, realizada em 21 de dezembro de 2021. Na ocasião, o  
195 governador do Estado destacou, de forma resumida, que o município de Cachoeiras  
196 de Macacu teria um tratamento semelhante ao adotado para Maricá. Durante sua fala,  
197 o governador sugeriu uma solução intermediária, propondo a postergação da  
198 assunção da responsabilidade municipal sobre os serviços de saneamento até o ano  
199 de 2028. Também foi recomendada a criação de um grupo de trabalho para analisar,  
200 sob os aspectos técnico e jurídico, a viabilidade dessa postergação. A proposta foi



201 colocada em votação, sendo aprovada tanto a prorrogação do prazo quanto a  
202 formação do grupo de trabalho. O Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro  
203 manifestou preocupação quanto ao fato de que os recursos atualmente disponíveis  
204 para a realização das obras necessárias em Cachoeiras de Macacu provêm  
205 exclusivamente do governo federal, via Caixa Econômica Federal. Na mesma linha, o  
206 promotor Maximino destacou que o investimento público é sim possível, conforme  
207 previsto em cláusula contratual. No entanto, alertou que, caso haja aporte de recursos  
208 públicos, isso implicaria em uma revisão tarifária ao consumidor ou exigiria a  
209 antecipação de obras por parte da concessionária. Ele finaliza dizendo que observou  
210 que, apesar de todas as turbulências envolvendo a concessão dos serviços de  
211 saneamento, Cachoeiras de Macacu e a concessionária Águas do Rio vêm  
212 demonstrando avanços na construção conjunta dos instrumentos de gestão. Ainda  
213 que existam indefinições sobre as atribuições — como quem capta, trata, distribui a  
214 água e auferir lucro com essas atividades, há sinais positivos de evolução. Foi  
215 destacada uma preocupação específica em relação à ata de uma reunião recente, que  
216 trata das tratativas junto ao governo federal e à Caixa Econômica. No entanto, antes  
217 de entrar nesse ponto, foi feito um registro otimista: a Águas do Rio sinalizou que  
218 seguirá o cronograma proposto, atuando como interveniente no processo. Isso  
219 significa que a concessionária participará do acompanhamento técnico, da aprovação  
220 dos projetos e da execução das obras previstas tanto para a sede municipal quanto  
221 para os distritos — incluindo as estações de tratamento de esgoto (ETEs) e as sub-  
222 bacias A, B e F. De acordo com a ata, a concessionária será responsável pelas obras  
223 de esgotamento sanitário nos distritos e nas demais sub-bacias da sede municipal,  
224 além de executar as adequações necessárias na estação de tratamento de esgoto da  
225 sede para que esta atenda às normas ambientais vigentes. Essas obras, conforme  
226 registrado, serão realizadas com recursos próprios da Águas do Rio, sem  
227 envolvimento de repasses da União ao município. O município de Cachoeiras de  
228 Macacu continuará como compromissário e responsável pelas obras na sede, com  
229 financiamento da União e contrapartida municipal. Foi ressaltado que os investimentos  
230 realizados com recursos públicos não poderão ser incorporados à base tarifária da  
231 concessionária, o que garante que esses valores não sejam repassados à tarifa paga  
232 pelos consumidores. Foi ressaltado que essa é a parte positiva do processo: a  
233 definição clara da matriz de responsabilidades, com aportes definidos — inclusive os  
234 R\$ 41 milhões destinados às obras. No entanto, também foi destacada uma  
235 preocupação importante, que, embora não caiba ao comitê deliberar diretamente  
236 sobre ela, merece ser compartilhada para que todos tenham ciência de sua existência  
237 e dos possíveis impactos. A questão em pauta envolve o cronograma de projetos e  
238 obras da concessionária Águas do Rio, que, segundo apontado por ela própria, tem  
239 como "marco zero" a efetivação da transferência do sistema atualmente operado pelo  
240 município para a concessionária. Essa etapa, que não está incluída no termo de





241 compromisso firmado, precisa ser concluída antes que qualquer intervenção prática  
242 possa ser iniciada. Embora esse processo esteja em estágio avançado, ele ainda  
243 representa um entrave real ao início das obras, o que pode comprometer o avanço  
244 nas metas de coleta e tratamento de esgoto. Essa indefinição afeta diretamente o  
245 enquadramento dos corpos hídricos e a qualidade da água do principal manancial de  
246 abastecimento do Leste Fluminense — a bacia do Guapi-Macacu. Assim, o alerta foi  
247 feito para que o comitê acompanhe de perto essa situação, pois os efeitos serão  
248 sentidos nas metas pactuadas de saneamento e nos indicadores de qualidade da  
249 água. Foi informado que todos os documentos relativos ao tema serão  
250 disponibilizados ao comitê, para que possam ser analisados com calma e, se  
251 necessário, incorporados às agendas e Programas de Ações Prioritárias (PAP) do  
252 colegiado. Por fim, foi feita uma importante lembrança quanto à hierarquia e  
253 articulação entre os instrumentos de planejamento: a Lei nº 11.445/2007 estabelece  
254 que o Plano Diretor de Investimento deve respeitar o Plano Municipal de Saneamento,  
255 que, por sua vez, precisa estar alinhado ao Plano de Bacia Hidrográfica. Isso reforça  
256 o papel estratégico e estruturante do plano de bacia como referência para o  
257 ordenamento das ações de saneamento no território. Sr. Licínio Rogério, FAM RIO,  
258 destacou que a falta de apoio do BNDES em Cachoeiras de Macacu não é um caso  
259 isolado. Ele mencionou que outros municípios da região enfrentam dificuldades  
260 semelhantes, apesar de possuírem bons planos de saneamento. Aproveitou a  
261 oportunidade para questionar o representante da Águas do Rio sobre a divergência  
262 de dados entre a base de dados do município e da concessionária, perguntando se  
263 esse problema ocorre apenas em Cachoeiras de Macacu ou também em outros  
264 municípios atendidos pela empresa. Licínio apresentou exemplos de inconsistências  
265 nos dados de coleta de esgoto em diferentes localidades, buscando evidenciar a  
266 desconexão entre os dados reportados e a realidade. Seu objetivo foi ressaltar a  
267 necessidade de maior alinhamento e transparência nos dados operacionais e nos  
268 indicadores utilizados para monitoramento das metas de saneamento. Sra. Tatiana,  
269 da Águas do Rio, apresentou os avanços da concessão, como R\$ 4 bilhões investidos,  
270 ampliação da rede e acesso de 600 mil pessoas à água tratada. Destacou a redução  
271 do despejo de água contaminada na Baía de Guanabara e a geração de 11 mil  
272 empregos. Explicou que o contrato de R\$ 15 bilhões está sendo ajustado conforme  
273 necessário e que, embora tenha ocorrido um descumprimento por parte da prefeitura,  
274 os investimentos continuam e não haverá interrupção no fornecimento de água. Sr.  
275 Marcos Jorge explicou que a equipe analisou o plano de bacia vigente e o novo em  
276 tramitação no CERHI RJ, com alguns atrasos já sendo geridos. O plano de 2005 não  
277 atualizava os dados de esgotamento, apresentando um índice de 52% de cobertura,  
278 sem detalhamento metodológico. Ele mencionou a implantação de uma ETE com  
279 capacidade de 120 litros por segundo, mas o plano não especificava o investimento  
280 para Cachoeiras de Macacu, apenas o valor total de R\$ 226 milhões. O novo plano,



281 aprovado no ano anterior, usa dados de 2019 do SNIS, com cobertura de esgoto de  
282 54%, calculado pela população abastecida. O plano define metas até 2045, com 90%  
283 de cobertura, mas sem metas para 2033, apresentando cenários de 28% a 53% de  
284 cobertura. A Lei nº 14.026/2021 exige 90% de cobertura até 2033. Como Cachoeiras  
285 de Macacu não tinha dados no SNIS na época, os indicadores de esgoto estavam  
286 ausentes. Sr. João Alberto esclareceu que os problemas tiveram origem em uma  
287 reunião com o governador, na qual não ficou definido como seria feito o repasse de  
288 recursos. Ele também afirmou ter solicitado a retirada do termo “repactuação”,  
289 argumentando que nunca houve um pacto formal anterior que justificasse esse termo.  
290 Sra. Jacqueline informou que levará a questão para discussão na CTEM e ressaltou  
291 a importância de uma abordagem pedagógica, com o intuito de esclarecer as  
292 responsabilidades dos órgãos envolvidos e promover um debate mais estruturado  
293 sobre o tema. Sr. José Miguel da Silva expressou preocupação com a falta de avanços  
294 concretos na gestão do saneamento, apesar dos esforços anteriores do comitê de  
295 bacia, como a parceria com a FECAM em 2014 para elaborar planos municipais de  
296 saneamento. Segundo ele, os resultados continuam insatisfatórios. Criticou o fato de,  
297 mesmo com a presença de prefeituras, órgãos licenciadores e da concessionária,  
298 ainda ser necessário recorrer a dados do IBGE, quando as informações já deveriam  
299 estar disponíveis nos sistemas oficiais. Ele também apontou que o plano de bacia de  
300 2005 chegou ao comitê com atraso e defasado, mas foi utilizado na negociação de  
301 recursos federais. Demonstrou preocupação com a degradação da Baía de  
302 Guanabara, mencionando que a dragagem do Rio Iguaçu foi interrompida por riscos  
303 de contaminação, apesar de ser uma solução para enchentes. Sr. José Miguel criticou  
304 a ineficiência das instâncias políticas, afirmando que muitos conflitos acabam sendo  
305 judicializados, quando deveriam ser resolvidos no âmbito do comitê. Sugeriu o uso da  
306 Lei de Acesso à Informação para cobrar planos de saneamento dos municípios e  
307 questionar a concessionária sobre as obras prometidas. Citou Duque de Caxias como  
308 exemplo, onde, segundo ele, não há nenhum esgoto tratado, apesar da previsão de  
309 sete ETEs. Encerrou alertando para a herança ambiental crítica, como o despejo diário  
310 de 800 mil litros de chorume do Jardim Gramacho na Baía de Guanabara. Defendeu  
311 uma responsabilização direta, afirmando que, se “no CNPJ não está resolvendo,  
312 talvez seja preciso cobrar no CPF”. Sr. José Paulo destacou que o contrato da Águas  
313 do Rio, estimado em R\$ 15,4 bilhões, está correto, mas que Cachoeiras de Macacu  
314 ainda não possui tratamento de esgoto. Expressou frustração com o processo de  
315 elaboração do plano de bacia, mencionando perdas de tempo e mudanças de equipe  
316 que comprometeram a conclusão adequada. Afirmou que a cobrança sobre a Águas  
317 do Rio é devido a ações que deveriam ter sido realizadas pela CEDAE no passado.  
318 Ressaltou a importância de explicitar as metas e de a AGENERSA monitorar as  
319 concessões. Propôs ainda oficinas com a participação de Águas do Rio e GAEMA  
320 para discutir as metas e a efetividade das ações do contrato. Sr. José Paulo ressaltou





321 que Cachoeiras de Macacu não tem tratamento de esgoto e criticou os atrasos no  
322 plano de bacia e mudanças de equipe, que prejudicaram o progresso. Propôs oficinas  
323 para discutir e avaliar as metas e ações do contrato de concessão da Águas do Rio.  
324 Sr. Elielson abordou a concessão em Tanguá, destacando a governança  
325 metropolitana e a centralização do poder no Estado, prejudicando a gestão colegiada.  
326 Mencionou os desafios de municípios como Cachoeiras de Macacu e Maricá durante  
327 a transição entre concessionárias e a importância da regularização das ligações da  
328 CEDAE. Enfatizou a criação do conselho de titulares do contrato e afirmou que, se  
329 operasse corretamente, a situação de Cachoeiras de Macacu já estaria resolvida. Sra.  
330 Carolina, representante da Águas do Rio, apresentou a estrutura da concessão,  
331 destacando que as metas e indicadores foram encaminhados à AGENERSA, com  
332 base em planos técnicos das bacias da Baía de Guanabara e do Guandu. Enfatizou a  
333 eficiência da integração entre bacias, exemplificando com a ETE Pavuna, que atende  
334 múltiplos municípios, e a futura ETE Farias, em Duque de Caxias, que será a primeira  
335 do estado a usar água de reuso em escala industrial, focada na sustentabilidade e no  
336 uso eficiente dos recursos hídricos. Sr. José Alexandre (MPRJ): O representante do  
337 Ministério Público do RJ fez um apelo por convergência entre a Prefeitura de  
338 Cachoeiras de Macacu e a concessionária Águas do Rio para resolver a dívida de R\$  
339 43 milhões. Criticou a atuação do Instituto Rio Metrópole (IRM), que se omitiu na  
340 interpretação de uma deliberação do governador, repassando a responsabilidade à  
341 AGENERSA, cujas respostas foram consideradas inconclusivas. O impasse envolve  
342 falta de repasse de cadastros, inadimplência de usuários e a alegação da  
343 concessionária de que, sem pagamento, não há como investir em esgoto. José  
344 Alexandre afirmou que considera judicialização (inclusive por improbidade  
345 administrativa), embora alerte para o risco de isso bloquear recursos. Demonstrou  
346 preocupação com a aplicação de tarifas iguais às de outros blocos, o que afetaria  
347 pequenos produtores e populações vulneráveis. Reforçou a urgência na criação do  
348 grupo de trabalho de transição, cobrou transparência nas definições da  
349 concessionária, e lamentou a falta de avanços após mais de dois anos e meio. Citou  
350 parecer do TCE-RJ que orienta a AGENERSA a melhorar controle social,  
351 transparência e comunicação. Por fim, pediu que o comitê continue acompanhando o  
352 caso, pois a situação de Cachoeiras de Macacu também se aplica a outros municípios,  
353 e alertou que, enquanto o impasse persistir, o esgoto seguirá sendo lançado sem  
354 tratamento. Agradeceu o trabalho do GAEMA e da FECAM e reiterou o compromisso  
355 do MP em manter o comitê informado. Sr. José Alexandre disse que seria importante  
356 repassar as informações sobre o IRM, e detalha sobre as respostas da AGENERSA  
357 (janeiro 2024 e janeiro 2025) informando sobre a responsabilidade das ações da  
358 empresa e o acompanhamento do impasse entre a Águas do Rio e Município de  
359 Cachoeiras de Macacu. O promotor complementou que também considera relevante  
360 observar as perspectivas em relação à manifestação sobre as metas de esgotamento



361 do PRH-BG. **Encaminhamento (5):** O Ministério Público solicitou que o CBH-BG  
362 acompanhe pela representação no Comitê de Monitoramento de Concessão, e como  
363 mais for possível, o andamento das metas de esgotamento. **14) Apresentação do**  
364 **relatório do GT Licenciamento ETE Itaipu;** Sr. Carlos Jamel apresentou a  
365 atualização do relatório do Grupo de Trabalho (GT) sobre a Estação de Tratamento  
366 de Esgoto (ETE) Itaipu. Detalhou a estrutura do parecer técnico, destacando os  
367 principais pontos de atenção, as recomendações do INEA e a resposta da Águas de  
368 Niterói aos questionamentos do GT. Manifestou preocupação com a eutrofização da  
369 Lagoa de Itaipu, sustentada por dados laboratoriais de fósforo, DBO e DQO, que  
370 evidenciam a deterioração da qualidade da água. O relatório reforça a necessidade  
371 de ação imediata, com foco no monitoramento contínuo e na atuação integrada dos  
372 órgãos competentes. A Sra. Kátia Medeiros, CCRON, reforçou a importância da  
373 atenção ao processo de eutrofização da Lagoa de Itaipu, destacando o aumento  
374 significativo dos níveis de fósforo entre 2021 e 2024, o que indica a degradação  
375 avançada do ecossistema. Ela explicou que a preocupação não é com a eficiência da  
376 ETE Itaipu, mas com o lançamento de nutrientes como fósforo e nitrogênio, que,  
377 mesmo tratados, contribuem para a intensificação da eutrofização na lagoa. Embora  
378 haja lançamentos clandestinos, a carga de nutrientes do efluente tratado também  
379 agrava a situação. Kátia enfatizou que, devido à fragilidade da lagoa, a legislação  
380 ambiental exige critérios mais rigorosos na renovação da licença, sustentando essa  
381 preocupação com dados de 34 coletas mensais, nas quais 93% das amostras  
382 apresentaram níveis de coliformes acima do permitido para águas de classe 1 e 2. Sr.  
383 Carlos Jamel destacou uma divergência quanto à outorga de lançamento da ETE  
384 Itaipu, apontando que o ponto de lançamento do efluente foi alterado em cerca de 20  
385 metros em relação ao local originalmente licenciado. Embora a mudança pareça  
386 pequena, ela levanta questões sobre o enquadramento legal e os impactos ambientais  
387 potenciais. O GT apresentou recomendações para a renovação da outorga, sugerindo  
388 uma reavaliação considerando a sensibilidade ambiental da Lagoa de Itaipu. As  
389 recomendações finais do GT incluem critérios mais restritivos no licenciamento,  
390 monitoramento contínuo da qualidade da água, verificação da eficácia do tratamento  
391 e reavaliação do ponto de lançamento para mitigar a eutrofização da lagoa. A Sra.  
392 Adriana Bocaiuva abordou o enquadramento dos corpos hídricos previsto para 2025,  
393 destacando a crescente preocupação com os rios situados em unidades de  
394 conservação. Ela enfatizou a importância de que esses rios sejam classificados como  
395 corpos hídricos de classe especial, devido à sua relevância ambiental e à necessidade  
396 de uma proteção mais rigorosa para preservar seus ecossistemas. Sr. Halphy,  
397 representante da Águas de Niterói pediu a palavra e fez uma apresentação em defesa  
398 da Estação de Tratamento de Esgoto (ETE) Itaipu, ratificando que contrariamente ao  
399 Parecer da Procuradoria do INEA, consta na CONAMA 357/2005 atualizada na  
400 CONAMA 430/2011 a prevalência da Norma Ambiental mais específica, caso a



401 mesma exista e no Rio de Janeiro existe a Resolução 90/2021 do CONEMA que é  
402 específica, portanto aplicada no caso concreto; dito isso, segue informando que o  
403 sistema coletor e de tratamento de Itaipu atende ao interesse público, diante da  
404 mitigação dos impactos causados por décadas de urbanização daquela região sem o  
405 devido saneamento básico, antes da concessão, logo ela é a solução e não a causa  
406 do problema; num breve histórico informou que em 2001 a FEEMA licenciou o Projeto  
407 de coleta e tratamento de esgoto, inclusive o ponto de lançamento do efluente tratado  
408 que permanece o mesmo, através da Licença Prévia nº 065/2001; em 2002 a mesma  
409 FEEMA licenciou a execução do Projeto de coleta e tratamento de esgoto através da  
410 Licença de Instalação nº FE000879; seguindo, ressaltou que em 2004 a FEEMA  
411 licenciou a operação da recém construída ETE Itaipu, inclusive com o ponto de  
412 lançamento do efluente tratado que permanece o mesmo, através da Licença de  
413 Operação nº FE005559; que durante todo o período de concepção do Projeto,  
414 execução do mesmo com a construção da ETE Itaipu, e ao final a operação da  
415 Estação, todas as condicionantes das mencionadas Licenças foram rigorosamente  
416 atendidas pela Concessionária; desde 2001 até o presente momento o Projeto e os  
417 Sistemas Coletor e de Tratamento vem sendo licenciados pelos Órgãos Ambientais  
418 Estadual e Municipal; atualmente a Licença de Operação em vigor é a nº 28/2024  
419 emitida pela SMARHS e em processo tempestivo de renovação no INEA; informou  
420 também que a ETE Itaipu possui Outorga de Recursos Hídricos nº IN011387 que  
421 autoriza o lançamento do efluente tratado no rio colibris (córrego da tiririca); que a ETE  
422 Itaipu possui nível de tratamento terciário com tecnologia pioneira no Brasil e  
423 comprovada eficiência, tanto que foi replicada em muitas outras concessões em  
424 diferentes Municípios brasileiros; em sequência informa que atualmente a ETE Itaipu  
425 atende cerca de 79 mil habitantes nos bairros de Itaipu, Itacoatiara, Maravista,  
426 Engenho do Mato, Serra Grande e parcialmente o bairro de Santo Antônio; e que sua  
427 bacia de esgotamento conta com uma extensão de 199.902,78 metros de rede  
428 coletora e 8.824,55 metros de rede de recalque, totalizando 208.727,33 metros, além  
429 de 43 EEEs; cita que considerando apenas o ano de 2023 como exemplo, os sistemas  
430 de Itaipu coletaram e trataram 2.499.209 m<sup>3</sup> de esgoto bruto, alcançando eficiência de  
431 95% de remoção de DBO e atendendo a todos os parâmetros de qualidade previstos  
432 em Normas e Legislações, conforme Declaração do Laboratório Oceanus anexado no  
433 ofício enviado à CTSAM; citando também os resultados concretos como os índices de  
434 balneabilidade dos últimos 04 anos (2020 a 2023) de 94% dos dias do ano na Praia  
435 de Itaipu e 99% dos dias do ano na Praia de Itacoatiara, de acordo com o  
436 monitoramento bissemanal realizado pelo INEA; diminuição da incidência de doenças  
437 transmitidas por água contaminada como gastroenterites e hepatites como  
438 diagnosticado no Plano Municipal de Saneamento Básico; realização de Educação  
439 Ambiental e conscientização social em toda a área contemplada pelos Sistemas  
440 Coletor e de Tratamento de Esgoto de Itaipu, principalmente Unidades de Ensino,





441 Condomínios e Associações de Moradores; quanto ao PESET a Águas de Niterói  
442 informa que foi ampliado em 2008 com agregação do ponto de lançamento da ETE  
443 Itaipu, ou seja, 04 anos após o início de sua operação, período em que os sistemas já  
444 estavam a muito licenciados pela Gestora do Parque na época, a FEEMA; após a  
445 ampliação do PESET em 2008 foram emitidas muitas outras Licenças pelos Órgãos  
446 Ambientais Estadual e Municipal, inclusive de ampliação da ETE através da LAM-I nº  
447 035/2013 em 2013; informa que o ponto de lançamento do efluente tratado da ETE  
448 Itaipu encontra-se a ínfimos 08 metros de distância do limite do PESET, conforme  
449 Parecer Técnico emitido pela Gestão do Parque, com acesso público irrestrito;  
450 salienta que a intervenção para alteração do ponto de lançamento requerida neste  
451 Relatório do GT causaria grande impacto na fauna e principalmente flora do Sistema  
452 Lagunar como destruição de habitats naturais, poluição do ar, água e solo, remoção  
453 de estimados 1.600 m<sup>2</sup> de vegetação nativa e etc; que considerando-se as  
454 características da vegetação predominante naquele ambiente, estima-se a existência  
455 de 04 árvores por m<sup>2</sup>, concluindo-se pela necessidade de remoção de no mínimo  
456 6.400 indivíduos arbóreos com as obras de remanejamento; essas obras também  
457 provocarão a movimentação de estimados 2.400 m<sup>3</sup> de material utilizado na  
458 construção civil para estabilização de pavimentos e fundos de aterros na implantação  
459 do acesso; além do transporte e descarte de estimadas 6.050 toneladas de material  
460 bota fora através de retroescavadeiras e caminhões basculantes, causando poluições,  
461 erosão e sedimentação, ruído e perturbação, conflitos, perdas de recursos naturais e  
462 perdas irreparáveis ou de difícil reparação; por fim, a Águas de Niterói ressalta que  
463 todo esse impacto seria causado apenas para remanejar o emissário terrestre sem  
464 qualquer resultado prático para o PESET, a não ser os prejuízos da obra, já que o  
465 efluente continuaria sendo lançado no Sistema Lagunar, diante da ausência de  
466 alternativas locais; bem como que os dados de monitoramento da eficiência e  
467 qualidade do efluente tratado da ETE são públicos, declarados mensalmente ao INEA  
468 e à SMARHS, e que o Sistema Lagunar sofre os impactos causados pela poluição  
469 difusa, além do passivo ambiental das décadas sem saneamento básico, antes da  
470 concessão da Águas de Niterói. Por fim, Halphy Rodrigues solicitou que se  
471 consignasse em ata o repudiou pela forma como os tramites de aprovação do  
472 Relatório do GT de Licenciamento da ETE Itaipu se sucedeu, uma vez que o referido  
473 Relatório foi apresentado e aprovado na reunião do Subcomitê Lagunar de Itaipu e  
474 Piratininga – CLIP em sua 65ª Reunião Extraordinária realizada no dia 13 de janeiro  
475 de 2025, com encaminhamento à Câmara Técnica de Saneamento Ambiental –  
476 CTSAM; ocorre que a reunião da CTSAM aconteceu no dia seguinte, em 14/01/2025,  
477 impedindo que os membros da câmara técnica recebessem todos os documentos  
478 referentes ao Relatório do GT Licenciamento do CLIP com antecedência para  
479 avaliação e discussão na reunião, o que motivou o adiamento desse item de pauta  
480 para a próxima reunião da CTSAM, naquele momento ainda não agendada. Contudo,



481 equivoco maior ocorreu nos dias seguintes, quando o Relatório do GT Licenciamento  
482 do CLIP foi encaminhado extraoficialmente ao Instituto Estadual do Ambiente – INEA,  
483 sem o parecer técnico da CTSAM, e pior, sem a avaliação e aprovação final da  
484 Plenária do Comitê de Bacia da Região Hidrográfica da Baía de Guanabara e dos  
485 Sistemas Lagunares de Maricá e Jacarepaguá – CBH BG com envio oficial pela  
486 Diretoria do Comitê ao INEA, descumprindo, portanto, o Regimento Interno do CBH  
487 BG. Sr José Paulo – Aponta sobre a questão a urbanização e falta de circulação dentro  
488 da Lagoa de Itaipu, ressaltando sobre a importância do GT e Águas de Niterói. Sr.  
489 José Miguel destacou a necessidade de melhorias na Estação de Tratamento de  
490 Esgoto (ETE), mencionando que o aumento da densidade populacional tem  
491 prejudicado o planejamento e a eficácia do tratamento. Carlos Jamel informa que a  
492 demanda do GT solicita que exista melhoria no sistema da ETE. Katia repassa as  
493 informações demonstrando que a RES. 430/2009 é direcionada para o lançamento de  
494 efluentes tratados. Ela também ressaltou que o relatório passou por todos os trâmites  
495 para chegar até a plenária e foi encaminhado pela CTSAM. Sr. Jorge propôs que a  
496 CTSAM elabore uma avaliação consolidada das duas apresentações realizadas sobre  
497 o tema, com o objetivo de fornecer uma base técnica unificada para o posicionamento  
498 final do comitê. A ideia é garantir que a deliberação seja fundamentada em uma  
499 análise completa e coesa de todas as informações já apresentadas. Sra. Adriana  
500 esclareceu que, embora não seja obrigatório que a pauta passe previamente pela  
501 CTSAM, essa câmara técnica é o espaço mais adequado para discutir questões de  
502 saneamento. No entanto, destacou que uma deliberação do comitê pode ser levada à  
503 plenária mesmo sem manifestação prévia da CTSAM. Foi enfatizado que, embora a  
504 CTSAM possa se opor, a plenária tem soberania sobre as decisões, e o que for  
505 deliberado ali será a manifestação oficial do comitê. As câmaras técnicas têm um  
506 papel consultivo e não substituem as decisões da plenária. Sr. Jose Paulo fala sobre  
507 possíveis encaminhamentos e gostaria de saber sobre o estudo de circulação dentro  
508 da lagoa de Itaipu. Aborda a importância dos planos de bacia e ressalta que o estudo  
509 de circulação também corrobora com o tema e deveria ser discutido pelo grupo,  
510 sugerindo como encaminhamento que o grupo deve resgatar as discussões e  
511 estudos sobre a circulação da Lagoa de Itaipu para melhoria da qualidade da água.  
512 José Alexandre solicitou que o relatório do Grupo de Trabalho da ETE Itaipu fosse  
513 encaminhado ao Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro (MPRJ), para que o  
514 promotor de Maricá considere repassar essas informações ao grupo de trabalho local,  
515 facilitando a troca de experiências. Durante a reunião, foi lembrado o histórico sobre  
516 a conexão da rede de esgoto ociosa, onde a responsabilidade pela conexão passou  
517 a ser dos usuários residenciais, mas em áreas irregulares a tarefa tem sido  
518 desafiadora. Também se destacou o apoio do comitê em projetos como o de conexão  
519 interpredial e discussões sobre o canal do Camboatá, que evitaram a construção de  
520 uma ciclovia que prejudicaria o canal. O plano do Tibau, relacionado ao sistema



521 lagunar e à Lagoa de Itaipu, foi mencionado, assim como a visita técnica à ETE de  
522 Cambinhas. Além disso, abordaram-se os desafios do enquadramento dos corpos  
523 hídricos e o papel das resoluções do CONAMA, com foco nas unidades de  
524 conservação. José Alexandre sugeriu que futuras Licenças de Operação (L.O)  
525 incluam condicionantes não só para o uso humano, mas também para o uso múltiplo,  
526 visando a melhoria ecológica e social das lagoas da região. **Encaminhamento (6):**  
527 Enviar o relatório do GT Licenciamento ETE Itaipu e das apresentações realizadas  
528 para o MPRJ; **8) Convênio sobre a renovação de parceria do Acordo de**  
529 **Cooperação do CBH-BG e MPRJ.** O Dr. José Alexandre Maximino – MPRJ faz  
530 apresentação sobre o histórico referente ao convênio, informando que a todas as  
531 procuradorias de meio ambiente poderão ser solicitadas e atuadas diretamente pelo  
532 Comitê, sendo substituído do GAEMA dentro da procuradoria. Magno explica sobre a  
533 falta de personalidade jurídica, informando que o foi resolvido a questão para  
534 existência de parceria e salienta a falta de troca de informações para ampliar as ações  
535 dentro do Comitê. Adriana Bocaiuva reforça sobre o encaminhando do assunto para  
536 CTIG, sugerindo como encaminhamento a provocação da implantação do sistema de  
537 informação para o Comitê. **Encaminhamento (7):** A CTIG deve pensar os produtos e  
538 Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação Técnica com o Ministério Público.  
539 Adriana Bocaiuva informa que no fórum fluminense foi sugerido formar um grande  
540 observatório de informações. Sr. José Miguel propôs a criação de uma ação inspirada  
541 na Fiscalização Preventiva Integrada (FPI) da Bacia do Rio São Francisco, com a  
542 participação do INEA, prefeituras, comitê e Ministério Público, para realizar vistorias  
543 em campo e verificar problemas como vazamentos de chorume. Ele mencionou o caso  
544 do Parque Municipal Barão de Mauá, onde o óleo de 2000 ainda aparece em marés  
545 cheias, sugerindo novos vazamentos. A proposta visa avançar de discussões para  
546 ações concretas, mobilizando os órgãos competentes para resolver problemas e  
547 acelerar soluções para a recuperação da bacia, que ainda enfrenta grandes desafios  
548 após 20 anos de atuação do comitê. Sr. Márcio destacou a falta de um sistema  
549 consolidado de informações sobre recursos hídricos, como o SIGA, que poderia evitar  
550 problemas atuais de integração de dados entre órgãos. Exemplificou com a situação  
551 do Canal da Taxa, onde dados do Comitê não estavam acessíveis ao INEA. Embora  
552 o Sistema de Barragens tenha avançado, ainda há muito a melhorar no  
553 monitoramento. Márcio também mencionou um acordo de cooperação com o Comitê  
554 Guandu para ampliar o monitoramento em 80 pontos e a articulação com o Comitê da  
555 Baía da Ilha Grande. A proposta é expandir essas iniciativas, incluindo o Comitê da  
556 Baía de Guanabara, para criar um observatório mais integrado e eficiente,  
557 promovendo maior transparência e colaboração. Sr. José Paulo destacou a  
558 necessidade de retomar as discussões sobre o Sistema de Informações de Recursos  
559 Hídricos (CIR) para evitar sistemas fragmentados e a incorporação de dados  
560 históricos. Ele elogiou o GAEMA e o Projeto Iguaçu para integrar a bacia e sugeriu





561 fortalecer ferramentas como o relatório de territorialidade. Além disso, relatou  
562 denúncias de bombeamento de chorume para o Rio Sarapuí e propôs que o Ministério  
563 Público lidere uma investigação com o apoio de órgãos ambientais e especialistas. Sr.  
564 Mauro destacou a importância do retorno do GAEMA, não apenas para fiscalização e  
565 processos jurídicos, mas também para temas como o uso de agrotóxicos. Ele sugeriu  
566 que os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sejam usados como  
567 ferramentas concretas para transformar políticas públicas e propôs que os comitês do  
568 Estado do Rio de Janeiro contribuam para um Observatório dos ODS, mapeando as  
569 ações realizadas em seus territórios. Ele também sugeriu ampliar a participação dos  
570 comitês do Estado, com a expectativa de que contribuições concretas sejam  
571 apresentadas na próxima Conferência Mundial da Água da ONU. Rejane pergunto se  
572 alguém era contra a aprovação do Acordo de Cooperação Técnica, como não houve  
573 resposta, foi aprovado. **Encaminhamento (8):** Foi aprovado e deve ser assinado o  
574 Acordo de Cooperação Técnica com o GAEMA. Aprovação por aclamação do acordo  
575 de cooperação entre CHB-BG e MPRJ. **8) Aprovação das Resoluções**  
576 **encaminhadas pela CTIL; a) Renovação do GT Chorume; b) Renovação do GTA**  
577 **Monitoramento; c) Criação do GTA Sanear; d) Criação do Grupo de Trabalho**  
578 **Tolueno e outras emergências ambientais; e) Aprovação da complementação e**  
579 **atualização do Plano de Recursos Hídricos; f) Revogação da Resolução de**  
580 **Educação Ambiental do Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas (nº 145/2024);** Sra.  
581 Rejany fez a leitura do item de pauta sobre a **a) Renovação do GT Chorume; b)**  
582 **Renovação do GTA Monitoramento;** Após a leitura do item, foi aberto espaço para  
583 manifestações ou objeções. Não havendo manifestações contrárias nem sugestões  
584 adicionais, a proposta foi colocada em votação e aprovada pelos presentes. Sr. José  
585 Paulo questionou sobre a apresentação dos relatórios produzidos pelos grupos de  
586 trabalho anteriores. Destacou que a elaboração e entrega de relatórios é uma  
587 obrigação prevista para o encerramento dos trabalhos. Sra. Adriana esclareceu que a  
588 entrega de relatórios pelos grupos de trabalho anteriores já estava prevista, conforme  
589 definido no regimento. No entanto, ressaltou-se que esse ponto não será tratado neste  
590 momento, pois a pauta atual refere-se especificamente à aprovação ou renovação de  
591 resoluções, sendo essa a prioridade no momento. Sr. Rejany seguida fez a leitura da  
592 pauta sobre **c) Criação do GTA Sanear;** Sr. José Paulo questionou quanto à  
593 necessidade e à função do novo grupo, considerando que já existe a Câmara Técnica  
594 de Saneamento (CTSAM) atuando na temática. Sra. Rejany esclareceu que o GTA  
595 Sanear terá uma função distinta da câmara técnica: trata-se de um grupo de trabalho  
596 de acompanhamento, com foco específico em monitorar e acompanhar a execução  
597 das ações do programa Sanear, garantindo o diálogo contínuo com os responsáveis  
598 e o acompanhamento direto das metas e avanços. Diferente da CTSAM, que possui  
599 caráter técnico-consultivo, o GTA será um instrumento operativo de articulação e  
600 vigilância contínua sobre o andamento do programa. Sra. Adriana explicou o



601 funcionamento do Grupo de Trabalho de Acompanhamento GTA Sanear, ressaltando  
602 que sua função é garantir que as ações contratadas sejam executadas conforme as  
603 deliberações do comitê. Destacou que a presença da gerenciadora facilita o  
604 acompanhamento técnico-operacional, mas o GTA Sanear continua sendo essencial  
605 para verificar a execução nas localidades aprovadas. O Sr. Halphy informou que o  
606 projeto Sanear já está em execução, com municípios, como o Rio de Janeiro,  
607 recebendo as intervenções previstas. Propôs uma visita de campo com a participação  
608 de todo o comitê para acompanhar os resultados das ações em andamento, celebrar  
609 a conquista coletiva e reforçar a importância do projeto na melhoria da qualidade dos  
610 corpos hídricos da Baía de Guanabara. Sra. Rejany destacou que no dia 14 de março,  
611 pela manhã, foram entregues 133 tecnologias para os quilombos Astrogilda e  
612 Calvário. Esta foi uma etapa importante do projeto, sendo a primeira entrega realizada.  
613 O processo está em andamento, e essas entregas representam uma conquista  
614 significativa para as comunidades envolvidas. Sr. Halphy informou que Rio Bonito  
615 também já entregou, todo mundo do município já está recebendo. Sr. Marcos  
616 informou que no dia 1º de abril, haverá um evento de entrega de obras em três  
617 municípios da região: Cachoeiras de Macacu, Rio Bonito e Itaboraí. Reforçou que o  
618 evento marcará mais uma fase importante do projeto, com a conclusão de obras que  
619 visam melhorar a infraestrutura e os serviços de saneamento nessas áreas. Sra.  
620 Rejany destacou a importância das entregas realizadas pelo comitê, ressaltando que,  
621 para quem acompanha os trabalhos há mais tempo, ver ações concretas sendo  
622 efetivadas nas prefeituras é um marco importante. Ela destacou que isso reforça o  
623 papel do comitê como um agente de transformação, atuando diretamente na melhoria  
624 dos territórios e dos corpos hídricos, fortalecendo a confiança na atuação coletiva e  
625 no compromisso com os resultados. Sra. Jacqueline destacou a necessidade de  
626 melhorar a comunicação externa do comitê, especialmente na divulgação de  
627 resultados concretos. Embora o comitê não tenha uma empresa de comunicação  
628 contratada, ela enfatizou que as recentes entregas de tecnologias e obras precisam  
629 ser amplamente divulgadas. Observou que, fora do circuito técnico, o comitê é alvo  
630 de críticas infundadas, evidenciando a falta de uma estratégia de comunicação eficaz.  
631 Apesar das redes sociais estarem ativas, defendeu uma atuação mais permanente e  
632 estratégica para reforçar a imagem institucional e dar visibilidade às conquistas. Sra.  
633 Rejany reforçou que a aprovação do projeto mencionado anteriormente ocorreu no  
634 Subcomitê de Jacarepaguá. No caso de Magé, a tramitação depende da delimitação  
635 territorial: a proposta deverá ser apresentada no Subcomitê Leste ou Oeste, conforme  
636 a localização da ação no município. Portanto, para que haja encaminhamento oficial,  
637 é necessário que a proposta seja pautada e aprovada no subcomitê correspondente.  
638 Após essa etapa, o comitê poderá seguir com os devidos procedimentos de integração  
639 e apoio às ações locais. Sr. Rafael expressou preocupação com a falta de menção ao  
640 município de Magé nas discussões anteriores, destacando avanços importantes,



641 como projetos de biodigestores e reaproveitamento de água desenvolvidos por  
642 instituições locais. Embora muitas dessas ações venham da sociedade civil ou de  
643 TACs, as instituições locais enfrentam dificuldades para acessar recursos devido à  
644 falta de conhecimento ou apoio técnico. Ele sugeriu ampliar a participação dessas  
645 iniciativas nas discussões e melhorar a divulgação de projetos e recursos,  
646 especialmente através das redes sociais, para promover maior transparência e  
647 pressão social nos municípios que ainda não se engajaram plenamente com as ações  
648 do comitê. Sr. Elielson respondeu à fala anterior sobre Magé, esclarecendo que o  
649 município faz parte do Subcomitê Leste. Destacou que o trabalho na região vem sendo  
650 desenvolvido ao longo de vários anos, com esforço contínuo e participação ativa nas  
651 plenárias do subcomitê. Expressou o desejo de continuidade e reforçou a importância  
652 da união dos esforços na segunda fase do projeto, com foco na definição conjunta das  
653 melhores opções para a aplicação do Sanear BG na região. Sra. Adriana reforçou a  
654 fala anterior, esclarecendo que a deliberação sobre as ações do Sanear BG foi  
655 originada no Subcomitê de Jacarepaguá, com base na identificação de quilombos  
656 naquela área. No entanto, lembrou que também existem quilombos no Subcomitê  
657 Leste, que precisam ser igualmente considerados. Fez um chamado à mobilização do  
658 Subcomitê Leste para formalizar e deliberar sobre essas demandas localmente,  
659 assegurando que as áreas com maior necessidade de atenção e investimento sejam  
660 contempladas nas próximas fases do projeto. Sr. Magno reconheceu a relevância da  
661 demanda apresentada por Rafael, destacando a importância do acesso a soluções de  
662 saneamento alternativo, uma solicitação antiga e justificada. Embora a gestão atual  
663 tenha implementado ações nesse sentido, observou-se que alguns representantes  
664 locais ainda não compreendem plenamente os trâmites internos do comitê, o que  
665 dificulta o avanço das propostas até a plenária. Sugeriu-se que alguém da diretoria  
666 entre em contato com o coordenador da CTCOST para orientá-lo sobre os  
667 procedimentos formais necessários, incluindo a apresentação na plenária do  
668 Subcomitê Oeste e o alinhamento técnico das necessidades locais. Reforçou-se que  
669 os recursos estão disponíveis e é crucial garantir que as regiões mais necessitadas  
670 não sejam negligenciadas, além de destacar que ampliar a execução nos diferentes  
671 subcomitês contribui para o cumprimento das metas e fortalecimento da atuação em  
672 toda a região hidrográfica. Sra. Rejany sugeriu capacitações nos subcomitês para  
673 orientar novos membros sobre procedimentos e fortalecer a atuação do comitê.  
674 **Encaminhamento (9):** Deve ser feita uma apresentação em cada subcomitê sobre os  
675 procedimentos para encaminhamento de recursos a projetos. Sr. Magno lembrou que,  
676 até recentemente, os recursos disponíveis foram distribuídos entre os subcomitês,  
677 com cada um recebendo uma cota para ações locais. Ele destacou que, no caso atual,  
678 há recursos disponíveis e uma demanda concreta. O que falta é articular essas duas  
679 frentes, a necessidade local e o recurso já previsto, para garantir a execução das  
680 ações. A fala reforçou a importância de agilidade nos trâmites e articulação entre os





681 membros dos subcomitês, para que os recursos sejam aplicados onde são realmente  
682 necessários. Sr. Alexandre Anderson destacou a complexidade territorial de Magé,  
683 situada entre os subcomitês Leste e Oeste, o que gera dúvidas sobre o  
684 encaminhamento das ações. Defendeu uma abordagem integrada entre os  
685 subcomitês e a criação de um marco claro de territorialidade para coordenar melhor  
686 ações e recursos, considerando que os impactos ambientais, como na Baía de  
687 Guanabara, transcendem divisões administrativas. Sr. Halphy levantou uma questão  
688 de ordem, destacando que a revogação da resolução sobre a Lagoa Rodrigo de  
689 Freitas é crucial para dar continuidade ao edital de educação ambiental. Ele destacou  
690 a urgência da medida para evitar atrasos e sugeriu que o presidente coloque a  
691 proposta de revogação em votação o mais rápido possível, a fim de agilizar o  
692 andamento do processo. Sr. Halphy também se colocou à disposição para discutir  
693 quaisquer detalhes ou pontos adicionais que possam ser considerados antes da  
694 votação. A Sra. Adriana ressaltou que os Subcomitês Oeste e Leste têm recursos para  
695 o Sanear BG, com renovação prevista. Sugeriu que Rafael integre o grupo de  
696 acompanhamento do contrato e destacou que as decisões sobre saneamento, como  
697 em quilombos, devem ser feitas dentro dos próprios subcomitês. Também mencionou  
698 que, apesar de Jacarepaguá ter menos recursos, uma parte foi direcionada a um  
699 quilombo, reforçando o impacto social e ambiental positivo. Sra. Jacqueline  
700 apresentou uma proposta, sugerida pela conselheira Lene Pescadora, para criar um  
701 livreto explicativo sobre o acesso aos recursos do Comitê, com linguagem simples e  
702 diagramas ilustrativos. A ideia surgiu após perceber que muitos membros não  
703 entendem totalmente os processos de financiamento e deliberação. A proposta busca  
704 democratizar a informação e garantir que todos, independentemente de seu  
705 conhecimento técnico, possam participar ativamente nas decisões e no uso dos  
706 recursos. O material está sendo desenvolvido pela CTEM. **Encaminhamento (10)** -  
707 Discutir a possibilidade de elaboração de uma cartilha com linguagem acessível sobre  
708 como o "percurso" do recurso (desde a arrecadação até a aprovação para projetos).  
709 Sr. Rejany colocou em votação a aprovação dos GTs de acompanhamento dos  
710 contratos em execução, que foi aprovada por unanimidade. Esses grupos terão a  
711 função de acompanhar a execução dos contratos, fiscalizar as entregas e garantir que  
712 as intervenções sejam feitas conforme o previsto. A aprovação dos GTs é um passo  
713 importante para fortalecer a transparência e a efetividade na gestão dos projetos do  
714 Comitê. **Encaminhamento (11)** - Publicar a resolução a) Renovação do GT  
715 Chorume; **Encaminhamento (12)** - Publicar a resolução b) Renovação do GTA  
716 Monitoramento; **Encaminhamento (13)** - Publicar a resolução c) Criação do GTA  
717 Sanear; Sra. Rejany solicitou a inversão da pauta para tratar com prioridade da  
718 revogação da resolução de educação ambiental do Subcomitê da Lagoa Rodrigo de  
719 Freitas, discutindo-se assim o item **f) Revogação da Resolução de Educação**  
720 **Ambiental do Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas (nº 145/2024)**; A solicitação foi



justificada pela urgência da medida, pois a revogação é essencial para viabilizar o andamento do novo edital de educação ambiental, que é uma ação prioritária. Sr. Halphy propôs a revogação de uma resolução anterior do Subcomitê da Lagoa Rodrigo de Freitas, que criava um edital separado de educação ambiental. A urgência se deve à adesão de cinco dos seis subcomitês a um edital único, com mais recursos e alcance. A revogação precisa ser aprovada em plenária para alinhar todos os subcomitês. A proposta visa lançar o edital unificado no próximo mês e evitar atrasos, impactando o programa Sanear BG. Sr. Rejany perguntou se alguém era contra a revogação, como não houve resposta, a revogação foi aprovada. **Encaminhamento (14)** - publicar a resolução f) Revogação da Resolução de Educação Ambiental do Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas (nº 145/2024). Sr. Halphy informou que faltava aprovar a resolução para envio do plano ao CERHI. Foi falado brevemente sobre o item **e) Aprovação da complementação e atualização do Plano de Recursos Hídricos**; A resolução foi aprovada pelos presentes, sendo esclarecido que a aprovação do Plano de Recursos Hídricos foi realizada em 26/07/2024. **Encaminhamento (15)** - Publicar a resolução e) Aprovação da complementação e atualização do Plano de Recursos Hídricos e realizar o envio ao CERHI para aprovação do Plano; **d) Criação do Grupo de Trabalho Tolueno e outras emergências ambientais**; Discutiu-se a criação de um GT para seguir acompanhando a ETA Laranjal, com proposta de ampliação para todos os subcomitês devido ao impacto regional. A proposta aguarda apenas definição do nome do grupo. Sr. Alexandre esclareceu que não se tratava de criar um novo grupo de trabalho, mas de ajustar a estrutura do grupo para incluir tanto o Leste quanto o Oeste. A preocupação inicial veio da comunidade do Oeste, que levantou informações sobre o vazamento de tolueno, afetando a saúde pública e a fauna local, especialmente a mortandade de peixes. A situação foi inicialmente tratada, mas de forma insuficiente, com apoio de IBAMA, ICMBio e CEDAE. O impacto ambiental, agravado durante a defesa do camarão, se espalhou pelas bacias do Leste e Oeste. Relatórios indicam dificuldades em prever o impacto e sugerem a presença de outros contaminantes. Diante da gravidade, foi proposta a fusão dos GTs existentes em um único grupo de trabalho focado na emergência ambiental do tolueno, com urgência devido à possibilidade de agravamento durante a seca. A necessidade de uma análise de solo também foi destacada, dada a preocupação com a presença de contaminantes. Sr. José Paulo abordou a dificuldade de rastrear a origem exata do vazamento de tolueno devido à volatilidade do composto, embora a região provável de origem já tenha sido identificada. Destacou que, apesar da criação do GT focado no tolueno, ainda falta um relatório conclusivo sobre a situação. Também mencionou o trabalho de Avelar, que reuniu prefeituras e a Polícia Rodoviária para discutir riscos de tombamento de carga na BR-040, um acidente que realmente ocorreu em seguida. A coordenação ressaltou que, embora esses incidentes não sejam idênticos ao vazamento de tolueno,



761 eles têm impacto significativo na região, incluindo Maricá, onde a APS pode ser  
762 afetada. Foi sugerido que as iniciativas de prevenção e mitigação desses acidentes  
763 sejam integradas ao trabalho atual para fortalecer o esforço conjunto, aproveitando as  
764 análises e experiências passadas, como no caso do acidente no Rio Suruí. Sr. Elielson  
765 explicou que o Subcomitê Leste já concluiu com sucesso seu trabalho anterior,  
766 incluindo o plano de emergência da ETA Laranjal. Ele se mostrou favorável à criação  
767 de um GT amplo para emergências ambientais, mas sugeriu que o nome do grupo  
768 não incluía "tolueno", pois o Subcomitê Leste já está tratando dessa questão. Destacou  
769 a importância de manter o diálogo com órgãos como a Petrobras e Secretaria de  
770 Estado de Agricultura, Pecuária, Pesca e Abastecimento do RJ - SEAPPA. Também  
771 mencionou que a falta de um plano de comunicação adequado no passado  
772 comprometeu a coordenação, mas que o INEA e a Geopen agora estão trabalhando  
773 para melhorar a resposta a emergências. Sr. Avelar propôs a criação de um GT de  
774 emergência e contaminações ambientais com foco nos impactos aos recursos hídricos  
775 da RH-V, abrangendo não apenas o tombamento de caminhões, mas também a  
776 contaminação do solo e outros impactos nas bacias hidrográficas. O GT seria  
777 permanente e acionado em situações ambientais relevantes. A proposta é que o GT  
778 Tolueno seja um apêndice desse grupo mais amplo, incluindo também situações como  
779 o acidente no Rio Suruí. A ideia é garantir uma abordagem estratégica e eficaz para  
780 lidar com qualquer ameaça à região. Sheila Martins, representante da CEDAE,  
781 explicou que a empresa realizou um grande monitoramento ambiental na área afetada  
782 pelo incidente de tolueno, incluindo o uso de drones, helicópteros e análises de  
783 diversos parâmetros. Ela ressaltou que sua principal preocupação é com a saúde  
784 pública e a qualidade da água, e se colocou à disposição para apresentar novamente  
785 os dados da CEDAE, caso necessário. Foi mencionado um leve aumento na  
786 concentração de substâncias e uma diminuição do oxigênio dissolvido, mas os níveis  
787 não eram alarmantes. A reunião na ETA Laranjal foi considerada positiva, pois  
788 proporcionou clareza e acesso direto aos dados do INEA e da CEDAE, o que foi um  
789 grande avanço para o acompanhamento contínuo pelo GT Tolueno. Rafael enfatizou  
790 a importância das condições específicas do fundo da Baía de Guanabara na dispersão  
791 de contaminantes e sugeriu que estudos sobre essa dinâmica sejam discutidos para  
792 orientar ações adequadas. Sheila Martins, da CEDAE, explicou que o estudo cobre  
793 tanto o corpo aquático quanto o solo. Serão contratadas empresas distintas para cada  
794 análise, e um relatório preliminar será divulgado, seguindo os trâmites oficiais antes  
795 de sua publicação. Sr. Halphy informou que a demanda chegou à CTIL durante o  
796 Carnaval, exigindo uma reunião emergencial logo após o feriado. Destacou que o  
797 tema ainda não foi amadurecido nos Subcomitês Leste e Oeste e, devido à  
798 repercussão pública, solicitou vista do processo de forma individual, visando  
799 aprofundar a discussão. O tempo estava se esgotando e não seria possível expandir  
800 o debate, por isso, uma nova reunião da CTIL foi agendada para a próxima segunda-





801 feira. Durante essa reunião, o processo será analisado e, caso o pedido de vistas seja  
802 aceito, haverá prazo para manifestações antes de retornar à Plenária.  
803 **Encaminhamento (16)** - Halphy solicitou vistas para o item d) Criação do Grupo de  
804 Trabalho Tolueno e outras emergências ambientais; Sra. Rejany sugeriu a realização  
805 de uma reunião de continuação para discutir os pontos de pauta não abordados. A  
806 proposta foi colocada em votação e aprovada, ficando decidido que a reunião de  
807 continuidade ocorrerá no dia 07 de abril, às 13h. **Encaminhamento (17)** – Realizar a  
808 continuidade da reunião no dia 07/04, às 13h. Alexandre Anderson expressou respeito  
809 pelas posições dos demais membros, mas, em nome também dos demais  
810 companheiros titulados presentes, solicitou que, na próxima reunião extraordinária, o  
811 Subcomitê Leste apresente o material já levantado e, se possível, algum relatório  
812 técnico referente aos trabalhos realizados ao longo do último ano, desde o início das  
813 ações relacionadas ao caso. **Encaminhamento (18)** - Solicitar ao Leste que seja  
814 realizada apresentação das ações do GT Tolueno. Rogério Rocco saudou os  
815 membros do Comitê da Baía de Guanabara, dando-lhes boas-vindas. Destacou que  
816 o IBAMA está sempre disponível para apoiar o comitê e informou que o espaço já está  
817 sendo disponibilizado para as reuniões. Além disso, mencionou que a documentação  
818 para a fixação da sede oficial do comitê nas dependências do IBAMA está em  
819 andamento. Por fim, às 18h19, a Sra. Rejany declarou encerrada a reunião plenária  
820 ordinária do CBH-BG.

#### 821 **Encaminhamentos:**

- 822 **01)** Encaminhar a resolução nº 131/2023, item de pauta 13, para CTCOST para  
823 análise e possíveis correções;
- 824 **02)** Deve ser feita revisão no subcomitê Oeste sobre as vagas de poder público  
825 municipal ocupadas para verificar a ordem da Prefeitura de Caxias na  
826 composição da Plenária.
- 827 **03)** Publicação das resoluções aprovadas nº 153 e nº 154.
- 828 **04)** Compartilhamento do modelo e os relatórios recebidos das instâncias do  
829 mandato 2022-2024.
- 830 **05)** O Ministério Público solicitou que o CBH-BG acompanhe pela representação no  
831 Comitê de Monitoramento de Concessão, e como mais for possível, o andamento  
832 das metas de esgotamento.
- 833 **06)** Enviar o relatório do GT Licenciamento ETE Itaipu e das apresentações  
834 realizadas para o MPRJ
- 835 **07)** A CTIG deve pensar os produtos e Plano de Trabalho do Acordo de Cooperação  
836 Técnica com o Ministério Público.
- 837 **08)** Foi aprovado e deve ser assinado o Acordo de Cooperação Técnica com o  
838 GAEMA
- 839 **09)** Deve ser feita uma apresentação em cada subcomitê sobre os procedimentos  
840 para encaminhamento de recursos a projetos.



- 841 **10)** Discutir a possibilidade de elaboração de uma cartilha com linguagem acessível  
842 sobre como o "percurso" do recurso (desde a arrecadação até a aprovação para  
843 projetos).
- 844 **11)** Publicar a resolução a) Renovação do GT Chorume;
- 845 **12)** Publicar a resolução b) Renovação do GTA Monitoramento;
- 846 **13)** Publicar a resolução c) Criação do GTA Sanear;
- 847 **14)** Publicar a resolução f) Revogação da Resolução de Educação Ambiental do  
848 Subcomitê Lagoa Rodrigo de Freitas (nº 145/2024).
- 849 **15)** Publicar a resolução e) Aprovação da complementação e atualização do Plano  
850 de Recursos Hídricos e realizar o envio ao CERHI para aprovação do Plano;
- 851 **16)** Halphy solicitou vistas para o item d) Criação do Grupo de Trabalho Tolueno e  
852 outras emergências ambientais .
- 853 **17)** Realizar a continuidade da reunião no dia 07/04, às 13h.
- 854 **18)** Solicitar ao Leste que seja realizada apresentação das ações do GT Tolueno.
- 855

856 **Representantes Presentes - Titulares do Poder Público:** Prefeitura B. Roxo /  
857 Subsec. Saneamento – Gustavo Silva Ferreira; Prefeitura Duque de Caxias – José  
858 Ribeiro Filho; Prefeitura Municipal Guapimirim – Wander de Souza Dias Guerra;  
859 Prefeitura Municipal de Itaboraí - Raoni Oliveira de Souza Cardoso; Prefeitura de  
860 Cachoeiras de Macacu – SEMA – Patrícia Nascimento Pinto Santana; Prefeitura de  
861 Magé – SMMA - Maria Aparecida de Souza de Resende; Fundação Oswaldo Cruz –  
862 Fiocruz Mata Atlântica - Aliciane de Souza Peixoto; Instituto Estadual do Meio  
863 Ambiente – INEA - Marcio Franco da Costa; Secretaria de Estado de Desenvolvimento  
864 Econômico, Indústria, Comércio e Serviços do Rio de Janeiro – SEIDECS - André Luiz  
865 Medeiros de Souza; Conselho Regional de Biologia – CRBio 2ª Região - Valéria Lima  
866 Marques de Sousa; Secretaria de Estado de Ambiente e Sustentabilidade - SEAS -  
867 Luiz Constantino da Silva Junior; Prefeitura de Belford Roxo - Defesa Civil - Roberto  
868 Ricardo da Silva Moura e Gustavo Silva Ferreira; Companhia Municipal de Limpeza  
869 Urbana de Niterói - CLIN - Ricardo Lúcio Picanço Portugal; Prefeitura de Nova Iguaçu  
870 - Frederico Ayres Pinheiro; Prefeitura de Cachoeiras de Macacu – SEMA - João  
871 Alberto Antunes Ribeiro; Prefeitura de São Gonçalo – SEMMA - Mariana Motta de  
872 Freitas; Prefeitura de Tanguá - Elielson Teixeira da Silva ; Fundação Rio Águas -  
873 Patrícia Ney de Montezuma. **Titulares dos Usuários de Recursos Hídricos:**  
874 Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara – AHOMAR- Edilene Nascimento  
875 de Oliveira; Associação dos Pescadores Praia das Pedrinhas – Bruno Alves de Veiga  
876 ; Águas de Niterói S.A. - Halphy Cunha Rodrigues; Sindicato dos Pescadores  
877 Profissionais, Pescadores Artesanais do Estado do Rio de Janeiro - SINDPESCA-RJ  
878 Daize Menezes de Souza ; Associação Homens do Mar da Baía de Guanabara -  
879 AHOMAR - Alexandre Anderson de Souza e Edinele Nascimento de Oliveira; Águas  
880 do Rio 1 – Carolina Lopes Santos; Companhia Estadual de Águas e Esgotos – CEDAE



881 - Sheila Barbosa Martins; Associação de Windsurf de Niterói – AWN – Gustavo  
882 Sardenberg; Iate Clube do Rio de Janeiro – Maria Carolina Leitão Marinho; União dos  
883 Pescadores e Maricultores de São Gonçalo - UNIPESCA/SG – Eliude Castro da Silva  
884 e Aline da Silva Santos; Associação de Pescadores Livres de Tubiacanga - APELT -  
885 Delcio de Almeida Fonseca; Colônia de Pescadores Z11 - Alvaro Coelho Revelo;  
886 Marina Barra Club - Liliane Lusten Prohmann; **Titulares da Sociedade Civil:** Assoc.  
887 Windsurf Niterói – Carlos Jamel; AMADARCY – Hannah Marchon Della e Felipe Silva  
888 Lima Queiroz; Instituto de Inclusão Cultural e Tecnológica - Tecnoarte - Francisco  
889 Pontes de Miranda Ferreira; Associação de Amigos do Museu Histórico da Cidade -  
890 AMHC - Adriana de Lima Bocaiuva; Câmara Comunitária da Barra da Tijuca - CCBT -  
891 Eduardo Figueira; Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da  
892 Fonseca – CEFET - André Leone Riguetti; Instituto e Ação Socioambiental –Dennis  
893 Rodrigues da Silva; Instituto Federal Fluminense - IFF - Campus Itaboraí - Luis  
894 Antônio França Silva e Rondinele Moutta; Ecomarapendi - Vera Maria de Rossi  
895 Chevalier; Instituto Interamericano de Fomento à Educação, Cultura e Ciência – IFEC  
896 – Martha Christina Lopes Pinho dos Anjos; Associação de Preservação Ambiental da  
897 Lagoa de Maricá- APALMA – Flávia Lanari; Associação dos Protetores do Mar -  
898 Andresse Maria Gnoatto e Carolina Coelho da Costa Waite; Faculdades Católicas -  
899 Ana Cristina Malheiros; Ecocidade - Leandro Travassos dos Santos; Defensores do  
900 Planeta - Mauro André Dos Santos Pereira; Sindicato dos Engenheiros no Estado do  
901 Rio de Janeiro - SENGE-RJ - Jorge Antônio da Silva; Conselho Comunitário da Região  
902 Oceânica de Niterói - CCRON - Alexandre Carlos Braga; Associação de Pescadores  
903 do Arquipélago de Parque Rede de Empreendimentos Sociais para o  
904 Desenvolvimento Socialmente Justo Democrático e Sustentável – REDECCAP -  
905 Rejany Ferreira dos Santos; Associação de Caranguejeiros e Amigos dos Mangues  
906 de Magé - ACAMM – Rafael Santos Pereira; Instituto Brasileiro de Direito Ambiental -  
907 IBDA - Magno Neves Barbosa; Trama Ecológica - Jacqueline Guerreiro Aguiar;  
908 Federação das Associações de Moradores do Município do Rio de Janeiro - FAM Rio  
909 - Licínio Machado; **Representantes ausentes:** Associação de Preservação Ambiental  
910 da Lagoa de Maricá- APALMA – Mara Cristina; Companhia Municipal de Limpeza  
911 Urbana de Niterói - CLIN – Vinicius Moço Lima; Secretaria de Estado de Ambiente e  
912 Sustentabilidade - SEAS – Humberto Yoshiharu Salto; Instituto e Ação Socioambiental  
913 – Lorena de Abreu Asevedo; Colônia de Pesca Duque de Caxias – Gilciney Lopes  
914 Gomes; Colônia de Pescadores Z13 - José Manoel Pereira Rebouças e Helio  
915 Flamarion Saramago; Associação Livre dos Pescadores Artesanais de Guia de  
916 Pacobaíba - ALPAGP - Michel Theophilo e Romildo Soares de Oliveira; Associação  
917 de Pescadores da Praia das Pedrinhas - APESCAPEDR - Carlos Luiz Espíndola da  
918 Veiga; Fórum Nacional da Sociedade Civil na Gestão de Bacias Hidrográficas –  
919 FONASC - Uiara Martins; Instituto de Desenvolvimento Socioambiental e Humano –





920 OngBR - Jayme de Oliveira Filho; Movimento Democrático Afrodescendente pela  
921 Igualdade e Equidade Racial – MOVIDADE – Jacineide Lemos Soares; Faculdades  
922 Católicas – Renato da Silva Carreira; Prefeitura de Rio Bonito – Murilo Balbino  
923 Valgueiro; Prefeitura de Niterói – Thiago dos Santos Leal; Instituto Chico Mendes de  
924 Conservação da Biodiversidade - Núcleo de Gestão Integrada - ICMBio NGI  
925 Guanabara - Mauricio Barbosa Muniz e Breno Herrera da Silva Coelho; Fundação  
926 Oswaldo Cruz – Fiocruz Mata Atlântica - Priscilla Magalhães Rodrigues Lisboa;  
927 Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER - Patricia de Almeida  
928 Giannini; Prefeitura de Magé – SMMA - Caíque Marchon da Costa Rocha; Prefeitura  
929 Municipal de Itaboraí - Maiara José Araújo dos Santos; Águas do Rio 4 - Aline Félix  
930 Ferreira e Sinval de Andrade Filho; Associação Carioca de Turismo de Aventura -  
931 ACTA - Fabio José Ribeiro do Nascimento; Centro Ecumênico de Formação e  
932 Educação Comunitária – PROFEC - José Carlos Dionizio; Associação de Moradores  
933 e Amigos da Freguesia - AMAF - Débora Aranha e Tobias Marcondes de Carvalho  
934 Gomes. **Convidados:** APASP – Luciana da Conceição; AMADARCY – Michelle  
935 Mayumi; AMAJB – Vera Maurity Sandra Albuquerque de Souza; UFRJ – José  
936 Azevedo; Luiz Hecmaier; Luciana Falcão; Gisele Pires, Claudio Brígido da Silva;  
937 Denis Araujo; Águas do Rio – Thabata Paz; Águas do Rio – Tatiana; MN – Joaquim  
938 Lima; Assoc. Windsurf Niterói – Katia Medeiros Dubois; AMADARCY/APPRELI –  
939 Michelle Mayumi Teixeira; João Victor Lorini; Alessandra Oliveira; Letícia Barbosa;  
940 José Arnaldo dos Anjos; José Paulo Soares Azevedo; Morvan Nobre. **Secretaria**  
941 **Executiva (Agevap):** Gabriel Macedo; Brenno Gomes Oliveira, Carolina Martins,  
942 Jannyne Amorim, Marcos Filgueiras Jorge, Elias Inacia Rangel, Henristoni de Souza  
943 Pinheiro, Christian Daniel Kozuf

944

945

946

947

**Rejany Ferreira dos Santos**  
**Diretora Presidente do CBH-BG**

